

## **ANEXO II — CONDIÇÕES GERAIS**

### **Primeira Parte: Disposições aplicáveis a atividades em que o Beneficiário é a Entidade Adjudicante**

#### **Artigo 1.º — Princípios gerais**

- 1.1 O objetivo desta Primeira Parte é definir as tarefas de execução orçamental da responsabilidade do Beneficiário no âmbito da gestão indireta, tal como descrito no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas), e definir os direitos e as obrigações do Beneficiário e da Comissão na execução destas tarefas.

Estas tarefas incluem a implementação por parte do Beneficiário, enquanto Entidade Adjudicante, dos procedimentos de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções e a adjudicação, assinatura e execução dos contratos públicos e dos contratos de subvenção daí resultantes.

Por norma, a Comissão efetua os pagamentos conexos aos adjudicatários e aos beneficiários de subvenções. No entanto, o Beneficiário efetua determinados pagamentos, incluindo ao seu próprio pessoal, com base num orçamento-programa, tal como definido no artigo 5.º das presentes Condições Gerais.

Caso o Beneficiário seja um Estado ACP e a ação seja financiada pelo FED, em conformidade com o 1.º, ponto 1.1 das Condições Especiais, as tarefas que lhe são confiadas são as referidas no artigo 35.º, n.º 1, sexto parágrafo, pontos (c) e (k) e no artigo 35.º, n.º 2, do anexo IV do Acordo de Parceria ACP-CE.

Caso o Beneficiário seja um país ou território ultramarino (PTU) e a ação seja financiada pelo FED, nos termos do artigo 1.º, ponto 1.1 das Condições Especiais, as tarefas que lhe são confiadas são as referidas no artigo 14.º, n.º 1, quinto parágrafo, pontos (c) e (k) e no artigo 14.º n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 2304/2002 da Comissão, de 20 de dezembro de 2002, respeitante à aplicação da Decisão 2001/822/CE do Conselho relativa à associação dos países e territórios ultramarinos à Comunidade Europeia.

- 1.2 O Beneficiário permanece responsável pelo cumprimento das obrigações estipuladas na presente Convenção de Financiamento mesmo que designe outras entidades identificadas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas) para executar determinadas tarefas de execução orçamental no contexto da implementação de um orçamento-programa referido no artigo 5.º das presentes Condições Gerais. A Comissão, em especial, reserva-se o direito de suspender os pagamentos e de suspender e/ou rescindir a presente Convenção de Financiamento com base em atos, omissões e/ou situações de qualquer entidade designada.

- 1.3 As tarefas identificadas no artigo 1.º, ponto 1.1, das presentes Condições Gerais são executadas pelo Beneficiário de acordo com os procedimentos e os documentos normalizados definidos e publicados pela Comissão para a adjudicação de contratos públicos e de contratos de subvenção, em vigor no início do procedimento em questão.
- 1.4 O Beneficiário estabelece e assegura o funcionamento de um sistema de controlo interno eficaz e eficiente. O Beneficiário respeita os princípios de boa gestão financeira, transparência e não discriminação e evita situações de conflitos de interesses.

Há conflito de interesses quando o exercício objetivo e imparcial das funções de qualquer pessoa responsável é comprometido por questões relacionadas com família, vida emocional, afinidade nacional ou política, interesse económico ou qualquer outro interesse partilhado com um proponente ou requerente, adjudicatário ou beneficiário de subvenção.

O sistema de controlo interno é um processo cujo objetivo é proporcionar uma garantia razoável de que as operações são eficazes, eficientes e económicas, de que a transmissão de informações é fiável, de que os bens e as informações são salvaguardados, de que a fraude e as irregularidades são evitadas, detetadas e corrigidas, e de que os riscos relacionados com a legalidade e a regularidade da operação financeira são adequadamente geridos, considerando o carácter plurianual das atividades, assim como a natureza dos pagamentos em causa.

Em especial, quando o Beneficiário efetua pagamentos de acordo com um orçamento-programa, as funções de gestor orçamental e de contabilista são independentes e incompatíveis entre si e o Beneficiário deve aplicar um sistema de contabilidade que proporcione informações exatas, completas e fiáveis de forma atempada. O Beneficiário deve também proteger, no domínio do razoável, os dados que permitem identificar pessoas singulares (dados pessoais).

- 1.5 O relatório sobre a implementação das tarefas da responsabilidade do Beneficiário deve seguir o modelo que consta do anexo III. No entanto, quando são utilizados orçamentos-programa de acordo com o artigo 5.º das presentes Condições Gerais, o relatório deve cumprir os requisitos estipulados nos documentos normalizados referidos no artigo 5.º, ponto 5.3, das presentes Condições Gerais.
- 1.6 Neste caso não é necessário o parecer de uma auditoria externa independente sobre a declaração de gestão, efetuada de acordo com as normas de auditoria internacionalmente aceites, uma vez que a Comissão realizará auditorias para essa ação. Estas auditorias verificarão a veracidade das afirmações constantes da declaração de gestão, bem como a legalidade e regularidade das transações subjacentes efetuadas.
- 1.7 O Beneficiário deve conduzir os procedimentos de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções e celebrar os contratos daí resultantes na língua da presente Convenção de Financiamento.
- 1.8 O Beneficiário deve informar a Comissão quando um candidato, proponente ou requerente se encontrar numa situação de exclusão de participação nos procedimentos de adjudicação de

contratos e de concessão de subvenções enunciados no artigo 1.º, ponto 1.3, e quando um adjudicatário ou beneficiário de subvenção tenha sido declarado culpado de falsas declarações, tenha cometido erros substanciais, irregularidades ou fraude ou tenha violado gravemente as suas obrigações contratuais.

Em tais casos, sem prejuízo do poder da Comissão de excluir uma entidade de futuros contratos públicos e de subvenção financiados pela UE de acordo com o regulamento financeiro aplicável, as sanções pecuniárias mencionadas nas disposições sobre sanções administrativas e pecuniárias das Condições Gerais de adjudicação de contratos públicos e de contratos de subvenção celebrados pelo Beneficiário em conformidade com os documentos normalizados enunciados no artigo 1.º, ponto 1.3, o Beneficiário pode impor aos adjudicatários ou aos beneficiários de subvenções, caso isto seja permitido pela legislação nacional. Tais sanções pecuniárias são impostas na sequência um processo contraditório, assegurando assim o direito de defesa do adjudicatário ou beneficiário de subvenção.

Quando adjudica contratos públicos e de subvenção, o Beneficiário pode ter em consideração, se adequado e sob a sua própria responsabilidade, as informações contidas na base de dados central sobre as exclusões. O acesso às informações pode ser proporcionado através dos pontos de contacto ou consultando a Comissão<sup>1</sup> (Comissão Europeia, Direção Geral do Orçamento, Contabilista da Comissão, BRE2-13/505, B-1049 Bruxelas, Bélgica e por correio eletrónico para BUDG-C01-EXCL-DB@ec.europa.eu com cópia para o endereço da Comissão identificado no artigo 3.º das Condições Especiais). A Comissão pode negar-se a efetuar pagamentos a um adjudicatário ou beneficiário de subvenção que se encontre em situação de exclusão.

- 1.9 O Beneficiário deve guardar todos os documentos financeiros e contratuais comprovativos desde a data de entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento, ou desde outra data anterior que tenha sido estipulada como data de início de elegibilidade dos custos no artigo 6.º das Condições Especiais, durante cinco anos a partir do final do período de execução e, em particular, os seguintes documentos:

Procedimentos de adjudicação de contratos públicos:

- a. Anúncio de previsão de contrato com prova de publicação do anúncio de concurso e eventuais retificações;
- b. Nomeação do painel de pré-seleção;
- c. Relatório de pré-seleção (incluindo anexos) e candidaturas;
- d. Prova de publicação de anúncio de pré-seleção;
- e. Cartas aos candidatos não incluídos na lista restrita;
- f. Convite a concorrer ou equivalente;
- g. Processo do concurso, incluindo anexos, esclarecimentos, atas de reuniões e prova de

---

<sup>1</sup> O Beneficiário será autorizado a aceder diretamente à base de dados central sobre as exclusões através de um ponto de contacto, se certificar perante o serviço da Comissão responsável que aplica as medidas de proteção de dados adequadas enunciadas no Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados (JO L 8 de 12.1.2001, p. 1).

- publicação;
- h. Nomeação da comissão de avaliação;
- i. Relatório de abertura das propostas, incluindo anexos;
- j. Relatório de avaliação/negociação, incluindo anexos e propostas recebidas;<sup>2</sup>
- k. Carta de notificação;
- l. Documentos comprovativos;
- m. Carta de acompanhamento para o envio do contrato;
- n. Cartas aos candidatos rejeitados;
- o. Anúncio de adjudicação/cancelamento, incluindo prova de publicação;
- p. Contratos assinados, alterações, adendas e correspondência relevante.

Convite à apresentação de propostas e atribuição direta de subvenções:

- a. Nomeação da comissão de avaliação;
- b. Relatório de abertura e relatório administrativo, incluindo anexos e pedidos recebidos;<sup>3</sup>
- c. Cartas aos requerentes aceites e rejeitados de acordo com a avaliação do documento de síntese;
- d. Relatório de avaliação do documento de síntese;
- e. Relatório de avaliação do pedido completo ou relatório de negociação com os anexos relevantes;
- f. Verificação de elegibilidade e documentos comprovativos;
- g. Cartas aos requerentes aceites e rejeitados com a lista de reserva aprovada na sequência da avaliação do pedido completo;
- h. Carta de acompanhamento para o envio do contrato de subvenção;
- i. Anúncio de atribuição/cancelamento com prova de publicação;
- j. Contratos assinados, alterações, adendas e correspondência relevante.

No caso de orçamentos-programa: além do indicado acima, toda a documentação relevante relacionada com pagamentos, reembolsos e custos operacionais.

## **Artigo 2.º — Prazo para a assinatura dos contratos públicos e dos contratos de subvenção por parte do Beneficiário**

2.1 Os contratos públicos e de subvenção devem ser devidamente assinados por ambas as Partes durante a fase de implementação operacional da presente Convenção de Financiamento e, no máximo, nos três anos subsequentes à entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento.

Caso esta ação seja financiada pelo FED, os orçamentos-programa referidos no artigo 5.º das presentes Condições Gerais devem também ser aprovadas pela Comissão nesse prazo de três

---

<sup>2</sup> Eliminação de propostas rejeitadas cinco anos após o encerramento do procedimento de adjudicação de contratos.

<sup>3</sup> Eliminação de pedidos rejeitados três anos após o encerramento do procedimento de concessão de subvenções.

anos.

O prazo de três anos não pode ser prorrogado, exceto nos termos do artigo 6.º das Condições Especiais se a ação for financiada pelo FED.

- 2.2 No entanto, as seguintes transações podem ser assinadas a qualquer altura durante a fase de implementação operacional:
- a. contratos públicos ou de subvenção que implementem a componente «fundos para adiantamentos» de um orçamento-programa financiado pelo FED;
  - b. alterações a contratos públicos e de subvenção já assinados;
  - c. contratos individuais a ser concluídos após rescisão antecipada de um contrato existente;
  - d. alteração da presente Convenção de Financiamento resultante da alteração da entidade responsável pelas tarefas atribuídas, a que se refere o artigo 1.º, ponto 1.2 das presentes Condições Gerais. A alteração deve igualmente estipular um novo período durante o qual os contratos públicos e de subvenção deverão ser celebrados por esta nova entidade em conformidade com o artigo 2.º, ponto 2.1.
- 2.3 Decorridos os três anos subsequentes à entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento, qualquer saldo financeiro para atividades da responsabilidade do Beneficiário cujos contratos não tenham sido devidamente assinados é anulado pela Comissão.
- 2.4 O artigo 2.º, ponto 2.3 não é aplicável a qualquer saldo financeiro da reserva para imprevistos ou a fundos novamente disponíveis após a rescisão antecipada de um contrato. Este saldo ou estes fundos podem ser utilizados para financiar contratos referidos no artigo 2.º, ponto 2.2.
- 2.5 Um contrato público ou de subvenção que não tenha gerado nenhum pagamento no período de três anos após a assinatura termina automaticamente e os respetivos fundos são anulados.

### **Artigo 3.º — Visibilidade**

- 3.1 O Beneficiário deve tomar as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento da UE para as atividades que lhe são confiadas ou para quaisquer outras atividades no âmbito da ação em causa. Estas medidas devem ser definidas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas) ou acordadas posteriormente entre o Beneficiário e a Comissão.

Estas medidas de comunicação e informação têm de estar em conformidade com o Manual sobre comunicação e visibilidade das ações externas da UE, elaborado e publicado pela Comissão, em vigor aquando da execução das medidas.

**Artigo 4.º — Disposições sobre pagamentos efetuados pela Comissão a adjudicatários e beneficiários de subvenções em nome do Beneficiário**

4.1 O Beneficiário deve fornecer à Comissão os pedidos de pagamento aprovados dentro dos seguintes prazos, a partir da data de receção do pedido de pagamento, sem contar os períodos de suspensão do prazo de pagamento:

a) para o pré-financiamento especificado no contrato público ou de subvenção:

- (i) 15 dias para uma ação financiada pelo Orçamento;
- (ii) 30 dias para uma ação financiada pelo FED;

b) 45 dias para outros pagamentos;

A Comissão atua em conformidade com o artigo 4.º, pontos 4.6, e 4.7, no período correspondente ao prazo para pagamento indicado para os contratos públicos e de subvenção, sem contar os prazos indicados acima.

4.2 Após a receção do pedido de pagamento de um adjudicatário ou beneficiário de subvenção, o Beneficiário deve informar a Comissão da sua receção e examinar de imediato se o pedido é admissível, isto é, se contém a identificação do adjudicatário ou beneficiário de subvenção, a referência do contrato em causa, o montante, a divisa e a data. Se o Beneficiário concluir que o pedido não é admissível, deve rejeitá-lo e informar o adjudicatário ou beneficiário de subvenção dessa rejeição e do respetivo fundamento num prazo de 30 dias após a receção do pedido. O Beneficiário deve igualmente informar a Comissão dessa rejeição e do respetivo fundamento.

4.3 Após a receção de um pedido de pagamento admissível, o Beneficiário deve examinar se o pagamento é exigível, isto é, se se cumpriram todas as obrigações contratuais que justificam o pagamento, incluindo a análise de um relatório, se aplicável. Se o Beneficiário concluir que o pagamento não é exigível, deve informar desse facto o adjudicatário ou beneficiário de subvenção, fundamentando essa decisão. A comunicação desta informação suspende o prazo de pagamento. A Comissão deve receber uma cópia da informação assim comunicada. A Comissão deve também ser informada da resposta ou da medida corretiva do adjudicatário ou do beneficiário da subvenção. Essa resposta ou a medida implementada com a finalidade de corrigir a não conformidade relativamente às obrigações contratuais relança o prazo de pagamento. O Beneficiário deve analisar esta resposta ou medida em conformidade com este ponto.

4.4 Se a Comissão não concordar com a conclusão do Beneficiário segundo a qual um pagamento não é exigível, deverá comunica-lo ao Beneficiário. O Beneficiário deve então reavaliar a sua posição e, se concluir que o pagamento é exigível, deve informar o adjudicatário ou beneficiário da subvenção. A suspensão do prazo de pagamento deve ser anulada aquando da comunicação desta informação. O Beneficiário deve igualmente informar a Comissão. O Beneficiário deve então prosseguir de acordo com o indicado no artigo 4.º, ponto 4.5.

Se o Beneficiário e a Comissão continuarem em desacordo, a Comissão poderá efetuar o pagamento do montante faturado não contestado, desde que este seja claramente independente do montante contestado. Cabe à Comissão informar o Beneficiário e o adjudicatário ou beneficiário de subvenção deste pagamento parcial.

- 4.5 Se o Beneficiário concluir que o pagamento é exigível, deve transferir o pedido de pagamento e todos os documentos necessários para a Comissão para aprovação e pagamento. Incumbe-lhe também dar indicação de quantos dias faltam para o termo do prazo de pagamento, bem como de todos os períodos de suspensão do mesmo.
- 4.6 Após a transferência do pedido de pagamento nos termos do artigo 4.º, ponto 4.5, se a Comissão concluir que o pagamento não é exigível, deve informar o Beneficiário e simultaneamente o adjudicatário ou beneficiário de subvenção e indicar as razões para tal conclusão. A comunicação deste facto ao adjudicatário ou beneficiário de subvenção suspende o prazo de pagamento, nos casos previstos no contrato celebrado. O Beneficiário encarregar-se-á de tratar a resposta ou medida corretiva do adjudicatário ou beneficiário de subvenção em conformidade com o artigo 4.º, ponto 4.3.
- 4.7 Se o Beneficiário e a Comissão concluírem que o pagamento é exigível, a Comissão executa o pagamento.
- 4.8 Se forem devidos juros de mora ao adjudicatário ou beneficiário de subvenção, estes são distribuídos entre o Beneficiário e a Comissão proporcionalmente aos dias de atraso, para além dos prazos estipulados no artigo 4.º, ponto 4.1, sob reserva do seguinte:
  - (a) O número de dias utilizado pelo Beneficiário é calculado a partir da data de registo de um pedido de pagamento admissível, referido no artigo 4.º, ponto 4.3 até à data da transferência do pedido à Comissão referida no artigo 4.º, ponto 4.5, e a partir da data da comunicação por parte da Comissão referida no artigo 4.º, ponto 4.6 até à transferência seguinte do pedido à Comissão referida no artigo 4.º, ponto 4.5. Qualquer período de suspensão do prazo de pagamento é descontado;
  - (b) O número de dias utilizados pela Comissão é calculado a partir do dia seguinte à transferência do pedido pelo Beneficiário referida no artigo 4.º, ponto 4.5 até à data de pagamento e a partir da data de transferência até à data da comunicação ao Beneficiário referida no artigo 4.º, ponto 4.6.
- 4.9 Quaisquer circunstâncias não previstas no processo descrito acima devem ser resolvidas num espírito de cooperação entre o Beneficiário e a Comissão por analogia com as disposições acima referidas, respeitando simultaneamente as relações contratuais do Beneficiário com o adjudicatário ou beneficiário de subvenção.

Na medida do possível, qualquer das Partes colaborará com a outra Parte, mediante pedido, facultando informações úteis para a avaliação do pedido de pagamento, mesmo antes de o pedido de pagamento ser formalmente transferido para ou devolvido pela primeira Parte.

## **Artigo 5.º — Orçamentos-programa**

- 5.1 Quando se atribui adicionalmente ao Beneficiário a função de efetuar pagamentos aos adjudicatários, aos beneficiários de subvenções e/ou no contexto de administração direta, este deve fazê-lo com base num orçamento-programa acordado de antemão entre o Beneficiário e a Comissão. O artigo 1.º, ponto 1.3 das presentes Condições Gerais não é aplicável às aquisições efetuadas em regime de administração direta.
- 5.2 O orçamento-programa é um documento que descreve o programa de atividades a ser posto em prática e os recursos humanos e materiais necessários, apresentando o orçamento correspondente e as modalidades de implementação técnicas e administrativas para a execução dessas atividades durante um período de tempo específico através de contratos públicos, subvenções e/ou administração direta.

O orçamento-programa tem uma componente de fundos para adiantamentos e uma componente de autorizações específicas.

No âmbito da componente de fundos para adiantamentos, cabe ao Beneficiário implementar os procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções e efetuar os pagamentos conexos, assim como os pagamentos relativos à administração direta.

No âmbito da componente de autorizações específicas, o Beneficiário desempenha as tarefas referidas no segundo parágrafo do artigo 1.º, ponto 1.1 das presentes Condições Gerais e a Comissão efetua os pagamentos conexos aos adjudicatários e beneficiários de subvenção. Certas atividades identificadas, incluindo auditorias, avaliações e o recurso a contratos-quadro, podem ser executadas diretamente pela Comissão.

Nos casos em que a ação é financiada pelo FED, as tarefas descritas no anexo 1 podem ser executadas por um organismo de direito privado com base num contrato de serviços adjudicado pelo Beneficiário de acordo com os procedimentos e documentos normalizados enunciados no artigo 1.º, ponto 1.3.

- 5.3 Todos os orçamentos-programa de implementação uma Convenção de Financiamento têm de respeitar os procedimentos e documentos normalizados relativos a orçamentos-programa elaborados pela Comissão, em vigor no momento da adoção do orçamento-programa em causa.

As despesas de funcionamento ordinárias suportadas pela entidade encarregada das tarefas atribuídas ao Beneficiário referidas no artigo 1.º, ponto 1.1 e no artigo 5.º, ponto 5.1 das presentes Condições Gerais são elegíveis para financiamento da UE no âmbito da componente de fundos para adiantamentos de um orçamento-programa durante a totalidade do período de execução da presente Convenção de Financiamento, exceto se o artigo 6.º das Condições Especiais estipular uma abertura antecipada da elegibilidade dos custos. Estas despesas são resultado da realização de tarefas de execução orçamental e incluem os pagamentos relativos a pessoal local, serviços (ex.: água, gás e eletricidade), aluguer de recintos, consumíveis, manutenção, deslocações de curto prazo por motivo de trabalho e combustível para veículos.



Não incluem a compra de veículos ou de qualquer outro equipamento, nem as atividades operacionais. Os artigos 1.º, ponto 1.3, e 2.º, ponto 2.1 das presentes Condições Gerais não são aplicáveis a estas despesas de funcionamento ordinárias.

- 5.4 O Beneficiário apresenta anualmente à Comissão, na data prevista no artigo 6.º das Condições Especiais, uma declaração de gestão assinada pelo Beneficiário ao nível adequado utilizando o modelo constante do anexo IV.

**Artigo 6.º — Pagamentos ao Beneficiário no âmbito da implementação da componente de fundos para adiantamentos do orçamento-programa**

- 6.1 A Comissão procede à transferência dos fundos o mais tardar 30 dias após a data em que regista um pedido de pagamento de pré-financiamento admissível do Beneficiário no qual figure a data, o montante e a divisa. O prazo é de 90 dias para um pedido de pagamento para reconstituição ou encerramento. Os de mora são calculados em conformidade com o regulamento financeiro aplicável. A Comissão pode suspender o prazo de pagamento, a qualquer momento durante o período acima referido, comunicando ao Beneficiário que o pagamento não pode ser efetuado por a quantia não ser exigível ou por os documentos comprovativos não terem sido apresentados. Se a Comissão tiver conhecimento de informações que ponham em causa a elegibilidade das despesas constantes de um pedido de pagamento, pode suspender o prazo de pagamento para proceder a verificações suplementares, que poderão incluir um controlo no local, de forma a determinar, antes de efetuar o pagamento, se as despesas são de facto elegíveis. A suspensão e os respetivos motivos devem ser comunicados ao Beneficiário o quanto antes. A suspensão do prazo de pagamento deve ser anulada assim que os documentos comprovativos forem facultados ou que o pedido de pagamento seja corrigido.
- 6.2 A Comissão efetua os pagamentos para uma conta bancária aberta numa instituição financeira aceite pela Comissão.
- 6.3 O Beneficiário garante que os fundos pagos pela Comissão podem ser identificados nesta conta bancária.
- 6.4 Se o Beneficiário tiver de efetuar pagamentos, as transferências em euros devem ser, caso necessário, convertidas para a moeda nacional do Beneficiário à taxa de câmbio bancária, em vigor no dia do pagamento pelo Beneficiário.
- 6.5 A componente de fundos para adiantamentos de um orçamento-programa que não tenha gerado quaisquer pagamentos ao Beneficiário no período de três anos após a conclusão do orçamento-programa termina automaticamente e o montante autorizado correspondente é anulado.

**Artigo 7.º — Publicação de informações sobre contratos públicos e contratos de subvenção por parte do Beneficiário**

- 7.1 Relativamente a cada contrato público e de subvenção no qual é Entidade Adjudicante em virtude da Primeira Parte, o Beneficiário compromete-se a publicar todos os anos, numa página específica e acessível do seu sítio Internet, a natureza e o objetivo desse contrato, o nome e a localidade do adjudicatário (adjudicatários no caso de consórcio) ou beneficiário de subvenção (beneficiários em caso de subvenção para vários beneficiários), bem como o montante do contrato.

A localidade de uma pessoa singular corresponde à região ao nível NUTS2. A localidade de uma pessoa singular corresponde ao seu endereço.

Se esta publicação na Internet não for possível, as informações devem ser publicadas através de qualquer outro meio adequado, incluindo o jornal oficial do Beneficiário.

O artigo 6.º das Condições Especiais deve estipular o endereço, na Internet ou noutro meio, do local de publicação. Deve ser feita referência a este endereço na página específica do sítio Internet da Comissão.

- 7.2 As bolsas e o apoio financeiro direto a pessoas singulares mais necessitadas devem ser publicados de forma anónima e cumulativa por categoria de despesa.

Se tal não acontecer, os nomes das pessoas singulares devem ser substituídos por «pessoa singular» dois anos após a publicação. O nome de uma pessoa coletiva que contenha o nome de uma pessoa singular envolvida nesta entidade deve ser tratado como o nome de uma pessoa singular.

A publicação de nomes de pessoas singulares é dispensada caso essa publicação ponha em risco os direitos fundamentais dessas pessoas ou seja prejudicial para os seus interesses comerciais.

O Beneficiário deve apresentar à Comissão uma lista de dados de pessoas singulares a publicar, com eventuais justificações para dispensas de publicação propostas, e a Comissão tem de aprovar previamente essa lista. Sempre que necessário, a Comissão acrescenta a localidade da pessoa singular limitada à região correspondente ao nível NUTS2.

- 7.3 A publicação dos contratos públicos e dos contratos de subvenção celebrados (isto é, assinados pelo Beneficiário e pelo adjudicatário ou beneficiário de subvenção) durante o período de referência deve ocorrer no período de seis meses subsequente à data de apresentação do relatório em conformidade com o artigo 6.º das Condições Especiais.
- 7.4 A publicação dos contratos pode ser dispensada caso tal publicação seja suscetível de prejudicar os interesses comerciais dos adjudicatários ou beneficiários da subvenção. O Beneficiário deve apresentar uma lista com este tipo de justificações à Comissão, que deverá aprovar previamente

essa dispensa de publicação.

#### **Artigo 8.º — Recuperação de fundos**

- 8.1 O Beneficiário compromete-se a tomar todas as medidas adequadas para recuperar os fundos pagos indevidamente.

Os montantes pagos indevidamente e recuperados pelo Beneficiário, os montantes de garantias financeiras prestadas no âmbito de procedimentos de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções, os montantes das sanções financeiras impostas pelo Beneficiário a candidatos, proponentes, requerentes, adjudicatários ou beneficiários de subvenção, assim como as indemnizações concedidas ao Beneficiário devem ser devolvidos à Comissão.

- 8.2 Sem prejuízo da responsabilidade do Beneficiário acima mencionada de recuperar fundos indevidamente pagos, o Beneficiário aceita que a Comissão possa, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro aplicável e da presente Convenção de Financiamento, determinar formalmente o montante indevidamente pago no âmbito de contratos públicos e de subvenção financiados ao abrigo da Primeira Parte e proceder à sua recuperação, por qualquer via, em nome do Beneficiário, incluindo mediante compensação, deduzindo o montante devido pelo adjudicatário ou o beneficiário da subvenção dos créditos de que seja titular perante a UE.
- 8.3 Para o efeito, o Beneficiário deve facultar à Comissão toda a documentação e informação necessárias. O Beneficiário autoriza desta forma a Comissão a proceder à recuperação, nomeadamente executando a garantia de um adjudicatário ou beneficiário de subvenção relativamente ao qual o Beneficiário seja a Entidade Adjudicante ou compensando os fundos a recuperar por quaisquer montantes devidos ao adjudicatário ou beneficiário da subvenção pelo Beneficiário, enquanto Entidade Adjudicante, e financiados pela UE no âmbito desta ou de outra Convenção de Financiamento.
- 8.4 A Comissão informará o Beneficiário do início do processo de recuperação (incluindo, caso necessário, perante um tribunal nacional).
- 8.5 Se o Beneficiário for uma entidade subdelegada de uma entidade com a qual a Comissão tenha celebrado um acordo de delegação de gestão indireta, a Comissão pode recuperar do Beneficiário fundos que sejam devidos à entidade mas que a entidade não tenha conseguido ela própria recuperar.

#### **Artigo 9.º — Reclamações financeiras no âmbito de contratos públicos e de contratos de subvenção**

O Beneficiário compromete-se a chegar a acordo com a Comissão antes de tomar qualquer decisão relacionada com um pedido de indemnização apresentado por um adjudicatário ou um beneficiário de subvenção e que o Beneficiário considere total ou parcialmente justificado. As consequências financeiras só poderão ser tomadas a cargo pela UE caso a Comissão tenha dado a sua aprovação prévia. A aprovação prévia também é necessária para qualquer utilização de fundos autorizados no âmbito da presente Convenção de Financiamento para cobrir custos que

resultem de litígios relacionados com os contratos.

#### **Artigo 10.º — Ultrapassagem do financiamento e cobertura do excesso**

- 10.1 Os casos de superação das rubricas do orçamento das atividades executadas pelo Beneficiário são cobertos através de reafectações de fundos no âmbito do orçamento geral, em conformidade com o artigo 26.º destas Condições Gerais.
- 10.2 Sempre que exista um risco de superação do financiamento disponível para as atividades implementadas pelo Beneficiário, este deve informar a Comissão de imediato e solicitar a sua aprovação prévia para as medidas corretivas que pretende tomar para cobrir esse défice, quer reduzindo as atividades quer recorrendo a recursos próprios ou a outros recursos não provenientes da UE.
- 10.3 Se não for possível reduzir as atividades ou se o défice não puder ser coberto pelos recursos do Beneficiário ou outros recursos, a Comissão pode, mediante pedido devidamente fundamentado do Beneficiário, decidir conceder um financiamento adicional da UE. Caso a Comissão tome tal decisão, os custos adicionais serão financiados através da disponibilização de uma contribuição financeira adicional a fixar pela Comissão, sem prejuízo das regras e procedimentos aplicáveis da UE. A presente Convenção de Financiamento deve ser alterada em conformidade.

## **Segunda Parte: Disposições aplicáveis à componente de apoio orçamental**

#### **Artigo 11.º — Diálogo sobre as ações a empreender**

O Beneficiário e a UE comprometem-se a manter um diálogo construtivo e regular ao nível adequado no que se refere à implementação da presente Convenção de Financiamento.

[Para os Estados ACP financiados pelo FED: este diálogo pode inserir-se no diálogo político mais amplo previsto no artigo 8.º do Acordo de Parceria ACP-CE.]

#### **Artigo 12.º — Verificação das condições e pagamento**

- 12.1. A Comissão deve verificar o cumprimento das condições para o pagamento das parcelas da componente de apoio orçamental, como enunciado no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas).  
Caso a Comissão conclua que as condições de pagamento não foram cumpridas, deve informar imediatamente deste facto o Beneficiário.
- 12.2. Os pedidos de pagamento enviados pelo Beneficiário são elegíveis para financiamento pela UE se estiverem em conformidade com as disposições enunciadas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas) e se forem enviados durante a fase de implementação operacional.
- 12.3. O Beneficiário deve aplicar a regulamentação nacional em matéria de câmbios de forma não

discriminatória a todos os pagamentos da componente de apoio orçamental.

**Artigo 13.º — Transparência do apoio orçamental**

O Beneficiário concorda com a publicação, por parte da Comissão, da presente Convenção de Financiamento, de eventuais alterações da mesma, incluindo por meios eletrónicos, e de quaisquer informações básicas sobre o apoio orçamental que a Comissão considere apropriadas. Tal publicação não deve conter qualquer informação que infrinja a legislação da UE relativa à proteção de dados pessoais.

**Artigo 14.º — Recuperação de apoio orçamental**

A Comissão pode recuperar a totalidade ou parte dos pagamentos de apoio orçamental, respeitando o princípio de proporcionalidade, caso determine que o pagamento foi viciado por uma irregularidade grave atribuível ao Beneficiário, nomeadamente se o Beneficiário tiver comunicado informações não fiáveis ou incorretas ou se tiver havido corrupção ou fraude.

## **Terceira Parte: Disposições aplicáveis à presente ação no seu conjunto, independentemente do modo de gestão**

**Artigo 15.º — Período de execução e prazo de adjudicação em regime de gestão direta**

15.1 O período de execução da presente Convenção de Financiamento é constituído por duas fases:

- uma fase de implementação operacional, durante a qual são executadas as principais atividades operacionais da ação. Esta fase começa na data de entrada em vigor da presente Convenção de Financiamento e termina com o início da fase de encerramento;
- a fase de encerramento, durante a qual são realizadas a avaliação e as auditorias finais, bem como o encerramento técnico e financeiro dos contratos e orçamentos-programa de implementação da Convenção de Financiamento. A duração desta fase está estipulada no artigo 2.º, ponto 2.3, das Condições Especiais. Esta fase começa quando a fase de implementação operacional termina. Apenas as despesas necessárias para o encerramento serão consideradas elegíveis.

Estes períodos devem constar dos acordos a celebrar pelo Beneficiário e pela Comissão no âmbito da implementação da presente Convenção de Financiamento, particularmente das convenções de delegação e dos contratos públicos e de subvenção.

15.2 As despesas relacionadas com as atividades operacionais principais só são elegíveis para financiamento pela UE se tiverem sido efetuadas durante a fase de implementação operacional; as despesas efetuadas pelo Beneficiário antes da entrada em vigor da Convenção de Financiamento não são elegíveis para financiamento pela UE, salvo disposição em contrário do artigo 6.º das Condições Especiais. As despesas relacionadas com a avaliação e as auditorias finais, bem como com atividades de encerramento são elegíveis até ao final da fase de encerramento.

15.3 Qualquer saldo restante da contribuição da UE é automaticamente anulado nos seis meses

subsequentes ao final do período de execução.

- 15.4 Em casos excepcionais devidamente fundamentados, pode ser solicitada a prorrogação da fase de implementação operacional e, correlativamente, do período de execução. Se a prorrogação for solicitada pelo Beneficiário, o pedido deve ser efetuado, no mínimo, três meses antes do fim da fase de implementação operacional e aprovado pela Comissão antes do final dessa fase. A presente Convenção de Financiamento deve ser alterada em conformidade.
- 15.5 Em casos excepcionais devidamente fundamentados, e após o fim da fase de implementação operacional, pode ser solicitada a prorrogação da fase de encerramento e, correlativamente, do período de execução. Se a prorrogação for solicitada pelo Beneficiário, o pedido deve ser efetuado, no mínimo, três meses antes do fim da fase de encerramento e aprovado pela Comissão antes do final dessa fase. A presente Convenção de Financiamento deve ser alterada em conformidade.
- 15.6 O artigo 2.º das presentes Condições Gerais é aplicável a atividades implementadas pela Comissão como Entidade Adjudicante (gestão direta), com exceção do segundo e do terceiro parágrafos do artigo 2.º, ponto 2.1. Para fins de gestão direta, os contratos de auditoria e avaliação devem ser adicionados às exceções previstas no artigo 2.º, ponto 2.2.

**Artigo 16.º — Verificações e controlos por parte da Comissão, do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e do Tribunal de Contas Europeu**

- 16.1 O Beneficiário proporciona assistência e apoio nos processos de verificação e controlo levados a cabo pela Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas Europeu sempre que solicitado.

O Beneficiário aceita que a Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas Europeu efetuem controlos documentais e no local sobre a utilização do financiamento da UE no âmbito das atividades abrangidas por esta Convenção de Financiamento e realizem, se necessário, uma auditoria completa com base nos documentos comprovativos, nos documentos contabilísticos e em quaisquer outros documentos relacionados com o financiamento das atividades, durante o período de vigência da presente Convenção de Financiamento e durante um período de sete anos após a data do seu encerramento.

- 16.2 O Beneficiário aceita igualmente que o OLAF realize verificações e controlos no local de acordo com os procedimentos previstos pela legislação da UE para a proteção dos interesses financeiros da UE contra fraude e outras irregularidades.

Para o efeito, em conformidade com o Regulamento (CE, Euratom) n.º 2185/96 e do Regulamento (CE, Euratom) n.º 883/2013, o Beneficiário compromete-se a permitir aos funcionários da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas Europeu, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso aos locais e instalações onde se executam as operações financiadas pela presente Convenção de Financiamento, incluindo o acesso aos sistemas informáticos e a quaisquer documentos e dados informáticos relacionados com a gestão técnica e financeira destas operações, e a tomar todas as medidas adequadas para facilitar o seu trabalho. O acesso das pessoas mandatadas pela Comissão, o OLAF e o Tribunal de Contas Europeu é garantido em condições de confidencialidade estrita no que respeita a

terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público às quais estão sujeitas. Os documentos devem estar acessíveis e classificados de forma a facilitar o controlo e o Beneficiário deve informar a Comissão, o OLAF e o Tribunal Europeu de Contas do lugar exato onde são conservados.

- 16.3 Os controlos e auditorias descritos acima também são aplicáveis a adjudicatários, beneficiários de subvenções e subadjudicatários que tenham recebido financiamento da UE.
- 16.4 O Beneficiário deve ser notificado do envio ao local das pessoas mandatadas pela Comissão, o OLAF e o Tribunal Europeu de Contas.

**Artigo 17.º — Obrigações do Beneficiário no âmbito da luta contra irregularidades, fraude e corrupção**

- 17.1 O Beneficiário deve informar de imediato a Comissão de qualquer situação da qual tenha conhecimento que levante suspeitas de irregularidades, fraude ou corrupção, bem como de quaisquer medidas tomadas ou planeadas para lidar com essa situação.
- 17.2 O Beneficiário deve assegurar e verificar regularmente que as ações financiadas pelo orçamento são eficiente e corretamente executadas. Tomará igualmente as medidas adequadas para prevenir, detetar e corrigir as irregularidades e situações de fraude, e, se necessário, intentar ações penais e recuperar fundos pagos indevidamente.

Por «irregularidade» entende-se qualquer violação da presente Convenção de Financiamento, dos contratos e orçamentos-programa de execução ou da legislação da UE resultante de um ato ou omissão por parte de alguém que tenha ou possa ter por efeito prejudicar os fundos da UE, quer por conduzir à redução ou perda de receitas devidas à UE quer a uma despesa não fundamentada.

Por «fraude» entende-se qualquer ato ou omissão deliberada relativa:

- à utilização ou apresentação de declarações ou documentação falsas, incorretas ou incompletas que conduza ao recebimento ou à retenção indevidos de fundos do orçamento geral da UE ou do FED;
  - à não divulgação de informação em violação de uma obrigação específica, com o mesmo efeito;
- ao desvio desses fundos para fins diferentes daqueles para que foram inicialmente concedidos.

- 17.3 O Beneficiário compromete-se a tomar todas as medidas necessárias para prevenir, detetar e punir quaisquer práticas de corrupção ativa ou passiva durante a implementação da Convenção de Financiamento.

Por «corrupção passiva» entende-se uma ação deliberada de um funcionário que, diretamente ou por interposição de terceiros, solicite ou receba vantagens de qualquer natureza, para si próprio ou para terceiros, ou aceite uma promessa de vantagens para realizar ou se abster de realizar, de forma contrária aos seus deveres oficiais, um ato inerente à sua função ou um ato no exercício

da sua função, que prejudique ou possa prejudicar os interesses financeiros da UE.

Por «corrupção ativa» entende-se uma ação deliberada de qualquer pessoa que, diretamente ou por interposta pessoa, prometa ou conceda uma vantagem de qualquer natureza a um funcionário, para ele próprio ou para um terceiro, para que este realize ou se abstenha de realizar, de forma contrária aos seus deveres oficiais, um ato inerente às suas funções ou um ato no exercício das suas funções que prejudique ou possa prejudicar os interesses financeiros da UE.

17.4 O Beneficiário deve informar imediatamente a Comissão (contactos em conformidade com o terceiro parágrafo do artigo 1.º, ponto 1.8 das Condições Gerais) do nome da entidade que tenha sido condenada por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, envolvimento em organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal lesiva dos interesses financeiros da UE.

17.5 Se o Beneficiário não tomar as medidas adequadas para prevenir a fraude, irregularidades ou corrupção, a Comissão pode adotar medidas cautelares incluindo a suspensão da Convenção de Financiamento.

#### **Artigo 18.º — Suspensão dos pagamentos**

18.1 Sem prejuízo da suspensão ou da rescisão da presente Convenção de Financiamento, em conformidade com os artigos 27.º e 28.º, respetivamente, a Comissão pode suspender os pagamentos parcialmente ou na sua totalidade, se:

- a) Dispuser de elementos que provem que o Beneficiário cometeu erros substanciais, irregularidades ou fraude no procedimento de adjudicação de contratos e de atribuição de subvenções ou na implementação da ação, ou se o Beneficiário não cumprir as obrigações que lhe incumbem ao abrigo da presente Convenção de Financiamento, incluindo as obrigações relativas à aplicação do plano de comunicação e visibilidade;
- b) Dispuser de elementos que provem que o Beneficiário, de forma sistemática ou recorrente, cometeu erros, irregularidades, fraude ou não cumpriu as obrigações que lhe incumbem ao abrigo da presente ou de outra Convenção de Financiamento, sempre que esses erros, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações tenham uma incidência importante na aplicação da presente Convenção de Financiamento ou ponham em causa a fiabilidade do sistema de controlo interno do Beneficiário ou a legalidade e a regularidade das despesas subjacentes;
- c) A Comissão suspeitar que o Beneficiário cometeu erros substanciais, irregularidades, fraude ou não cumpriu as suas obrigações no procedimento de adjudicação de contratos públicos e de atribuição de subvenções, ou na implementação das ações e necessitar de verificar se estas situações se produziram efetivamente;
- d) For necessário evitar um prejuízo significativo para os interesses financeiros da UE.

18.2 A Comissão informará imediatamente o Beneficiário da suspensão dos pagamentos e das razões



que fundamentam essa suspensão.

- 18.3 A suspensão dos pagamentos tem como resultado a suspensão dos prazos de pagamento de qualquer pedido de pagamento pendente.
- 18.4 Para que os pagamentos possam ser retomados, o Beneficiário deve procurar resolver a situação que gerou a suspensão o mais rapidamente possível e informar a Comissão de qualquer progresso realizado nesse sentido. Logo que considere que estão reunidas as condições para retomar os pagamentos, a Comissão informará desse facto o Beneficiário.

**Artigo 19.º — Afetação dos fundos recuperados pela Comissão à ação [Artigo 16.º, ponto 16.2, CF CG]**

Quando a ação for financiada pelo FED, os montantes pagos indevidamente e recuperados pela Comissão, os montantes das garantias financeiras constituídas com base em procedimentos de adjudicação de contratos e atribuição de subvenções, os montantes de sanções pecuniárias impostas a candidatos, proponentes, requerentes, adjudicatários ou beneficiários de subvenção, assim como as indemnizações por danos e prejuízos atribuídas à Comissão são afetados a esta ação.

**Artigo 20.º — Direito de estabelecimento e de residência**

- 20.1 Quando a natureza do contrato público ou de subvenção o justificar, o Beneficiário concederá um direito provisório de estabelecimento e residência no(s) seus(s) território(s) às pessoas singulares e coletivas que participam em concursos relativos a contratos de obras, de fornecimento e de serviços e ou em convites à apresentação de propostas e às entidades chamadas a desempenhar tarefas de execução orçamental identificadas no anexo I. Este direito mantém-se durante um mês após a adjudicação do contrato.
- 20.2 O Beneficiário concederá também aos adjudicatários de contratos públicos e aos beneficiários de subvenções, a entidades responsáveis por tarefas de execução orçamental identificadas no anexo I (Disposições Técnicas e Administrativas), a pessoas singulares cujos serviços sejam necessários para a realização desta ação e aos membros das respetivas famílias os mesmos direitos durante a implementação da ação.

**Artigo 21.º — Disposições fiscais e aduaneiras**

- 21.1 O Beneficiário aplica aos contratos e às subvenções financiados pela UE o regime fiscal e aduaneiro mais favorável aplicado aos Estados ou às organizações internacionais de desenvolvimento com os quais mantenha relações.
- Se o Beneficiário for um Estado ACP, não serão tidos em conta os regimes que aplica aos outros Estados ACP ou a outros países em desenvolvimento para determinar o tratamento mais favorável.
- 21.2 Caso se trate de uma convenção-quadro, que inclui disposições mais pormenorizadas sobre esta matéria, estas disposições também são aplicáveis.

## **Artigo 22.º — Confidencialidade**

- 22.1 O Beneficiário aceita que os seus documentos, na posse de uma entidade à qual a Comissão tenha atribuído tarefas de execução orçamental no quadro da presente ou de outra Convenção de Financiamento, possam ser transmitidos à Comissão por essa entidade unicamente com o objetivo de controlar a execução dessas tarefas. A Comissão respeitará os acordos de confidencialidade acordados entre o Beneficiário e essa entidade.
- 22.2 Sem prejuízo do artigo 16.º das presentes Condições Gerais, o Beneficiário e a Comissão compromete-se a manter a confidencialidade relativamente a qualquer documento, informação ou qualquer material diretamente relacionado com a aplicação da presente Convenção de Financiamento que seja classificado como confidencial.
- 22.3 Antes de divulgar publicamente tal informação, as Partes devem obter previamente o consentimento mútuo por escrito.
- 22.4 As Partes permanecem vinculadas pelo compromisso de confidencialidade nos cinco anos subsequentes ao final do período de execução.

## **Artigo 23.º — Proteção de dados**

- 23.1 O Beneficiário deve assegurar um nível razoável de proteção dos dados pessoais. Entende-se por «dados pessoais» qualquer informação relacionada com uma pessoa singular. Qualquer operação aplicada a dados pessoais, como recolha, registo, organização, conservação, adaptação ou alteração, extração, consulta, utilização, divulgação, eliminação ou destruição deve basear-se em regras e procedimentos do Beneficiário e unicamente realizada quando necessário para a implementação da presente Convenção de Financiamento.
- 23.2 Nomeadamente, a Organização deve tomar medidas de segurança técnicas e organizativas adequadas para fazer face aos riscos inerentes a este tipo de operação e à natureza das informações relacionadas com a pessoa singular em causa, de forma a:
- a) Impedir que qualquer pessoa não autorizada tenha acesso a sistemas informáticos que efetuem essas operações e impedir especialmente a leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento, a inserção não autorizada de dados, bem como qualquer divulgação, alteração ou supressão não autorizada dos dados armazenados;
  - b) Assegurar que os utilizadores autorizados de um sistema informático que executem tais operações, só podem aceder à informação para a qual têm direito de acesso;
  - c) Conceber a sua estrutura organizativa de forma a que esta cumpra os requisitos apontados acima.

## **Artigo 24.º — Utilização de estudos**

Qualquer contrato público ligado a um estudo financiado ao abrigo da presente Convenção de Financiamento deve incluir o direito, por parte do Beneficiário e da Comissão, de utilizar o estudo, de o publicar e de o divulgar a terceiros.

**Artigo 25.º — Consultas entre o Beneficiário e a Comissão**

- 25.1 O Beneficiário e a Comissão devem consultar-se mutuamente antes de iniciar qualquer procedimento de litígio relacionado com a aplicação ou a interpretação da presente Convenção de Financiamento em conformidade com o artigo 29.º das presentes Condições Gerais.
- 25.2 Se a Comissão tomar conhecimento de problemas processuais relacionados com a gestão da presente Convenção de Financiamento, deve estabelecer todos os contactos necessários com o Beneficiário para solucionar a situação e adotar todas as medidas necessárias.
- 25.3 As consultas podem conduzir à alteração, suspensão ou rescisão da presente Convenção de Financiamento.
- 25.4 A Comissão informará regularmente o Beneficiário sobre a implementação das atividades descritas no anexo I que não sejam abrangidas pelo âmbito de aplicação da Primeira Parte das presentes Condições Gerais.

**Artigo 26.º — Alteração da presente Convenção de Financiamento**

- 26.1 Qualquer alteração da presente Convenção de Financiamento deve ser efetuada por escrito, nomeadamente através de uma troca de cartas.
- 26.2 Se o pedido de alteração emanar do Beneficiário, este deve enviá-lo à Comissão pelo menos três meses antes da data prevista para a entrada em vigor da alteração, exceto em casos devidamente justificados pelo Beneficiário e aceites pela Comissão. Em casos excecionais de um ajustamento dos objetivos da ação, de aumento da contribuição da UE ou de prorrogação do prazo em conformidade com o terceiro parágrafo do artigo 2.º, ponto 2.1, tais pedidos devem ser enviados pelo menos seis meses antes da data prevista para a entrada em vigor da alteração.
- 26.3 Se a alteração não afetar significativamente os objetivos da atividade implementada em conformidade com a Primeira Parte das presentes Condições Gerais, se incidir sobre questões de pormenor que não afetem a solução técnica adotada e se não incluir uma reafecção de fundos ou, no caso de uma ação financiada pelo FED, se disser respeito a uma reafecção de fundos dentro do limite da reserva para imprevistos, o Beneficiário informará a Comissão da alteração e da sua justificação por escrito, o mais rapidamente possível, e pode aplicar a alteração.
- 26.4 A utilização da reserva para imprevistos para uma ação financiada pelo Orçamento da UE está sujeita à aprovação prévia por escrito da Comissão. Para uma ação financiada pelo FED, a Comissão tem de ser informada da utilização da reserva para imprevistos.
- 26.5 Se a Comissão considerar que o Beneficiário deixou de desempenhar de forma satisfatória as tarefas que lhe foram atribuídas em conformidade com o artigo 1.º, ponto 1.1 das presentes Condições Gerais, e sem prejuízo dos artigos 27.º e 28.º, a Comissão pode decidir assumir as tarefas confiadas ao Beneficiário de forma a prosseguir a implementação das atividades em nome do Beneficiário após informar este último por escrito.

## **Artigo 27.º — Suspensão da presente Convenção de Financiamento**

27.1 A Convenção de Financiamento pode ser suspensa nos seguintes casos:

- A Comissão pode suspender a implementação da presente Convenção de Financiamento se o Beneficiário não cumprir uma obrigação que lhe incumbe a título da presente Convenção de Financiamento.
- A Comissão pode suspender a implementação da presente Convenção de Financiamento no caso de incumprimento pelo Beneficiário de uma obrigação prevista nos procedimentos e documentos normalizados referidos no artigo 1.º, ponto 5.3, e no artigo 5.º, ponto 5.3, das presentes Condições Gerais.
- A Comissão pode suspender a presente Convenção de Financiamento se o Beneficiário não cumprir uma obrigação relacionada com o respeito pelos direitos humanos, os princípios democráticos e o Estado de direito, bem como em casos graves de corrupção.
- A Convenção de Financiamento pode ser suspensa em caso de força maior, definida em seguida. Entende-se por «força maior» qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das Partes e não imputável a uma falta ou negligência de uma delas (ou de um dos seus adjudicatários, mandatários ou empregados), que impeça uma das Partes de respeitar as suas obrigações contratuais e que não tenha podido ser superado apesar de todos os esforços envidados. Os defeitos ou atrasos na disponibilização de equipamento ou de material, os conflitos laborais, as greves ou as dificuldades financeiras não podem ser invocados como casos de força maior de que a outra Parte está devidamente informada. A Parte confrontada com um caso de força maior comunicará sem demora esse facto à outra Parte, precisando a sua natureza, duração provável e efeitos previsíveis, e tomará todas as medidas para minimizar os eventuais danos.
- Não se pode considerar que uma das Partes não cumpriu as suas obrigações se tiver sido impedida de o fazer por um caso de força maior e desde que tenha tomado as medidas necessárias para minimizar os potenciais danos.

27.2 A Comissão pode suspender a presente Convenção de Financiamento sem aviso prévio.

27.3 A Comissão pode tomar as medidas cautelares adequadas antes de a suspensão produzir efeitos.

27.4 Aquando da notificação da suspensão, devem ser indicadas as consequências para os contratos públicos, contratos de subvenção e orçamentos-programa em curso, bem como para os contratos e orçamentos-programa a assinar.

27.5 A suspensão da presente Convenção de Financiamento não prejudica a suspensão dos pagamentos e a rescisão da Convenção pela Comissão em conformidade com os artigos 18.º e 28.º das presentes Condições Gerais.

As Partes retomarão a implementação da Convenção de Financiamento assim que as condições o permitirem e após aprovação prévia, por escrito, da Comissão, sem prejuízo de quaisquer alterações da presente Convenção de Financiamento que possam ser necessárias

para adaptar a ação às novas condições de implementação, incluindo, se possível, a prorrogação do período de implementação, ou a rescisão da Convenção em conformidade com o artigo 28.º.

#### **Artigo 28.º — Rescisão da presente Convenção de Financiamento**

- 28.1. Se os problemas que conduziram à suspensão da presente Convenção de Financiamento não forem resolvidos num prazo máximo de 180 dias, qualquer uma das Partes pode rescindir a presente Convenção de Financiamento, mediante um pré-aviso de 30 dias.
- 28.2. A Convenção de Financiamento termina automaticamente se, no período de três anos subsequente à assinatura:
- a) não tiver dado origem a qualquer pagamento;
  - b) nenhum contrato de implementação tiver sido assinado;
  - c) e, caso esta ação seja financiada pelo FED, nenhum orçamento-programa tiver sido assinado.
- 28.3 Aquando da notificação da rescisão, devem ser indicadas as consequências para os contratos públicos, contratos de subvenção e orçamentos-programa em curso, bem como para os contratos e orçamentos-programa a assinar.

#### **Artigo 29.º — Resolução de litígios**

- 29.1 Qualquer litígio relacionado com a presente Convenção de Financiamento que não tenha podido ser resolvido num prazo de seis meses através das consultas entre as Partes previstas no artigo 25.º das presentes Condições Gerais pode ser resolvido através de arbitragem a pedido de uma das Partes.

Se o Beneficiário for um Estado ACP e ação for financiada pelo FED, previamente à arbitragem e após as consultas previstas no artigo 25.º das presentes Condições Gerais, o litígio deve ser submetido à apreciação do Conselho de Ministros ACP-CE ou, entre as reuniões deste último, ao Comité de Embaixadores ACP-CE, em conformidade com o artigo 98.º do Acordo de Parceria ACP-CE. Se o Conselho ou o Comité não conseguirem resolver o litígio, qualquer uma das Partes pode solicitar a resolução por arbitragem em conformidade com o artigo 29.º, pontos 29.2, 29.3 e 29.4.

- 29.2 Neste caso, cada uma das Partes designa um árbitro no prazo de 30 dias a contar da data do pedido de arbitragem. Se tal não se verificar, qualquer uma das Partes pode solicitar que o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem (Haia) nomeie um segundo árbitro. Os dois árbitros nomeiam, por sua vez, um terceiro árbitro no prazo de 30 dias. Se tal não se verificar, qualquer uma das Partes pode solicitar que o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem nomeie um terceiro árbitro.
- 29.3 Salvo decisão em contrário dos árbitros, é aplicável o procedimento previsto no Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem para os Estados e as Organizações Internacionais. As decisões dos árbitros são tomadas por maioria no prazo de

três meses.

- 29.4 Cada uma das Partes é obrigada a tomar as medidas necessárias p aplicar a decisão dos árbitros.